



- Lei Ordinária Federal;
b - Resolução do Senado Federal;
c - Lei Complementar Federal;
d - Convênio do CONFAZ.

57 - Quanto aos convênios interestaduais do CONFAZ que regulam a forma como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, é correto afirmar que:

- a - Não necessitam de ratificação pelos Estados ou Distrito Federal, já que foram aprovados por seus próprios representantes que atuam junto ao Conselho;
b - Somente podem dispor sobre isenções que sejam aplicáveis a todos os Estados e ao Distrito Federal;
c - Não podem dispor sobre isenções não previstas em Lei Complementar;
d - Podem fixar as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação;
e - Podem dispor sobre isenções que sejam limitadas a um ou alguns Estados e ao Distrito Federal.

58 - Dadas as afirmações abaixo acerca do Processo Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul, marque a opção que indica a quantidade de assertiva(s) correspondente(s):

- I - O prazo para o contribuinte apresentar impugnação ao Auto de Lançamento e Imposição de Multa (ALIM) é de 20 (vinte) dias, contados da data da notificação válida ao sujeito passivo.
II - No processo administrativo tributário, vige o princípio da verdade material em oposição ao da verdade formal.
III - Junto ao Conselho Pleno, ao colegiado especial ou a cada câmara do Tribunal Administrativo Tributário, deve atuar um representante da Procuradoria-Geral do Estado, designado pelo Procurador-Geral do Estado.
IV - Ao representante da Procuradoria-Geral do Estado são assegurados os mesmos direitos e prerrogativas dos conselheiros, exceto o direito de voto.
V - Têm legitimidade para interpor recurso especial, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado, o sujeito passivo ou seu representante legal, a autoridade fiscal atuante ou o seu substituto e o representante da Procuradoria-Geral do Estado.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
b - Apenas uma das assertivas está correta;
c - Apenas duas das assertivas estão corretas;
d - Apenas três das assertivas estão corretas;
e - Apenas uma das assertivas está incorreta.

59 - Dadas as afirmações abaixo acerca do ICMS, marque a opção que indica a quantidade de assertiva(s) correspondente(s):

- I - Incide o ICMS sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
II - Não incide o ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, não se equiparando a essas operações a saída de mercadoria realizada com o fim

específico de exportação destinada a empresa comercial exportadora, incluindo *tradings* ou outro estabelecimento da mesma empresa.

III - O sujeito ativo do ICMS incidente nas operações de importação é o Estado onde ocorreu o desembaraço aduaneiro.

IV - Em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto, e a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele.

V - O IPI não integrará a base de cálculo do ICMS somente quando a operação for realizada entre contribuintes, for relativa a produtos destinados à industrialização ou à comercialização e configurar fato gerador dos dois impostos.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
b - Apenas uma das assertivas está correta;
c - Apenas duas das assertivas estão corretas;
d - Apenas três das assertivas estão corretas;
e - Apenas uma das assertivas está incorreta.

60 - Dadas as afirmações abaixo acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a opção que indica a quantidade de assertiva(s) correspondente(s):

- I - A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.
II - Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.
III - O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ISSQN a incidir sobre o valor total da operação.
IV - O exportador adquire o direito de transferência de crédito do ICMS quando realiza a exportação do produto e não ao estocar a matéria-prima.
V - Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência fixada.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
b - Apenas uma das assertivas está correta;
c - Apenas duas das assertivas estão corretas;
d - Apenas três das assertivas estão corretas;
e - Apenas uma das assertivas está incorreta.

61 - Dadas as afirmações abaixo acerca da medida cautelar fiscal, marque a opção que indica a quantidade de assertiva(s) correspondente(s):

- I - A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor possuir débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu patrimônio.
II - O juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, após a prestação de caução pela Fazenda Pública.
III - Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação válida ao contribuinte do ato de lançamento.



60 - A incapacidade patrimonial poderá ser estendida em relação aos bens adquiridos por qualquer título do requerido ou daqueles que estejam ou tenham estado sob a administração do administrador.

V - Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar, não caberá agravo.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
- b - Apenas uma das assertivas está correta;
- c - Apenas duas das assertivas estão corretas;
- d - Apenas três das assertivas estão corretas;
- e - Apenas uma das assertivas está incorreta.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

62 - Quanto à alienação do estabelecimento empresarial, é incorreto afirmar:

- a - O adquirente responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados;
- b - Não havendo cláusula expressa, o alienante poderá restabelecer-se imediatamente na mesma atividade;
- c - Para produzir efeitos quanto a terceiros, prescinde de averbação à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no registro público de empresas mercantis, e de publicação na imprensa oficial;
- d - O trespasse importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento;
- e - O contrato de alienação de estabelecimento empresarial, para ter efeitos quanto a terceiros, deve ser averbado na Junta Comercial e publicado na imprensa oficial.

63 - Das características abaixo, qual não se insere dentro do conceito da locação empresarial:

- a - Contrato escrito, com prazo determinado;
- b - Averbação do contrato de locação junto ao registro de imóveis;
- c - Duração mínima de cinco anos de relação locatícia;
- d - Exploração da mesma atividade econômica por pelo menos três anos ininterruptos;
- e - Existência de atividade econômica no imóvel;

64 - Não constitui infração à ordem econômica:

- a - Acordo entre os concorrentes para a prática ou fixação de preços e condições de venda;
- b - Combinar preço previamente ou ajustar vantagens na concorrência pública ou administrativa;
- c - A publicidade enganosa;
- d - Venda injustificável de mercadoria com preço inferior ao custo;
- e - Prática de atos para eliminação da concorrência.

65 - Quanto à caracterização da propaganda enganosa, analise e responda:

- I - É necessário que contenha informações falsas.
- II - É necessário que os dados falsos tenham efetivo potencial de indução dos consumidores em erro.

III - É necessário que o conteúdo das informações veiculadas ludibriem as pessoas expostas à publicidade, notadamente sobre o contexto que se insere ou ao público dirigido.

IV - É necessário que a mensagem leve o consumidor a tomar como verdadeira a informação falsa.

V - É necessário que a peça publicitária não contenha nenhuma informação fantasiosa.

- a - Somente o item I está correto;
- b - Todos os itens estão incorretos;
- c - Todos os itens estão corretos;
- d - Somente o item II está correto;
- e - Somente os itens II, III e IV estão corretos.

66 - Assinale a alternativa correta:

- a - A incapacidade de uma das partes pode ser invocada pela outra em proveito próprio, salvo se for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum;
- b - Só vicia o ato a falsa causa, se esta for razão determinante ou tiver forma de condição;
- c - O dolo do representante de uma das partes não obriga o representado a responder pelo mesmo;
- d - Há simulação geradora de nulidade relativa nos atos jurídicos quando contiverem declaração não verdadeira, mesmo sem intenção de prejudicar terceiros ou de violar a lei;
- e - A coação vicia o ato, salvo quando exercida por terceiros.

67 - Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I - A hipoteca legal perime ao completar trinta anos.
- II - Não tem validade a *datio in solutum* efetuada por ascendente a descendente, sem o consenso dos demais descendentes.
- III - A remissão parcial se dá quando o credor reduzir o débito, que subsistirá em parte e em parte será remitido.

- a - Somente as assertivas I e II estão corretas;
- b - Somente as assertivas II e III estão corretas;
- c - Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d - Todas as assertivas estão corretas;
- e - Nenhuma das assertivas está correta.

68 - Marque a alternativa falsa:

- a - A interdição é o ato judicial que declara a incapacidade real e efetiva de determinada pessoa maior, para a prática de certos atos da vida civil, na regência de si mesma e de seus bens, privada de discernimento;
- b - Todo o nascimento deve ser registrado, mesmo que a criança tenha nascido morta ou morrido durante o parto;
- c - Alcunha é a designação dada a alguém devido a uma particularidade, podendo agregar-se de tal sorte à personalidade da pessoa que, se não for jocoso, ou seja, pode ser acrescentando, sob certas condições, ao nome da pessoa;
- d - O estado civil da pessoa é uno e indivisível;



68 - Domicílio necessário especial é aquele determinado por lei, em razão da situação de certas pessoas.

69 - Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I - O patrimônio e a herança constituem coisas universais, ou universalidades, e como tais subsistem, embora possam só ter objetos imateriais.

II - O penhor agrícola é considerado como um bem móvel por força da lei.

III - Os bens imóveis por acessão intelectual podem ser a qualquer momento utilizados.

- a - Somente as assertivas I e III estão corretas;
- b - Somente as assertivas II e III estão corretas;
- c - Todas as assertivas estão corretas;
- d - Somente as assertivas I e II estão corretas;
- e - Nenhuma das assertivas está correta.

70 - A propósito da exclusão da penhorabilidade de bens, em razão de sua característica de bem de família previsto no Código Civil brasileiro, é incorreto afirmar que:

- a - O bem de família pode ser penhorado pelo credor de alimentos;
- b - O bem de família pode ser penhorado pelo credor, nas hipóteses de impostos que incidam sobre o bem;
- c - A expressão bem de família abrange os bens móveis quitados que guarneçam a residência do locatário, sendo de propriedade deste;
- d - Os veículos de transporte não são considerados bem de família;
- e - Quando os cônjuges possuírem vários imóveis utilizados como residência permanente, será considerado bem de família, em qualquer hipótese, o de maior valor.

71 - José Aparecido emprestou R\$10.000,00 (dez mil reais) a seu amigo João. No vencimento da obrigação João não pagou o empréstimo. José Aparecido, dispondo de título executivo, ingressa com a ação de execução. Nenhum bem de João é encontrado para ser penhorado. José Aparecido, porém, descobre que João, após vencido o débito e antes de ajuizada a execução, vendeu para seu irmão o único imóvel de que era proprietário, onde vivia com sua esposa e seus filhos, avaliado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Assinale a alternativa correta à luz da legislação em vigor:

- a - O negócio jurídico de compra e venda é eficaz, não podendo, portanto, o imóvel ser penhorado na execução;
- b - O ato de alienação do imóvel é nulo *pleno iure*, podendo o vício ser reconhecido de ofício pelo juízo da execução ou a requerimento do Ministério Público;
- c - Porque configurada a fraude à execução, o ato de alienação do imóvel é ineficaz, não produzindo seus efeitos em relação ao credor José Aparecido;
- d - O negócio jurídico de compra e venda do imóvel é anulável pelo vício da fraude contra credores, devendo ser decretado nos próprios autos da execução;
- e - O negócio jurídico de compra e venda do imóvel é inexistente, não necessitando de decisão judicial anulatória.

72 - Analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

I - A responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente do trabalho objetiva. Assim, pretendendo o empregado acidentado obter diretamente do empregador a reparação dos prejuízos está dispensado da prova da culpa ou dolo.

II - A responsabilidade civil dos notários e registradores pelos atos ilícitos praticados no exercício de suas atividades delegadas é objetiva.

III - Os pais podem apenas se eximir da responsabilidade civil decorrente dos atos ilícitos de seus filhos menores provando caso fortuito e força maior.

- a - Todas as proposições são verdadeiras;
- b - Todas as proposições são falsas;
- c - Apenas a proposição III é verdadeira;
- d - Apenas a proposição II é verdadeira;
- e - As proposições II e III são verdadeiras.

73 - Assinale a afirmativa incorreta:

- a - O regime de bens é imutável e as mulheres com mais de 60 (sessenta) anos só podem se casar pelo regime da separação de bens;
- b - Com a morte de um dos cônjuges separado judicialmente, o estado civil do sobrevivente passa a ser viúvo;
- c - Os nubentes têm liberdade, antes de celebrado o casamento, de escolher o regime de bens, desde que sejam apenas os regimes ali descritos, não podendo estipular cláusulas diversas do estabelecido em um dos regimes previstos pelo CCB;
- d - Entre os impedimentos absolutos e relativos para o casamento, estão, respectivamente, o incesto e a idade inferior a 16 (dezesseis) anos para as mulheres;
- e - Os frutos civis do trabalho de cada cônjuge não se comunicam no regime de bens da comunhão universal.

74 - No caso de turbação, a proteção da posse materializa-se por meio:

- a - Da ação de reintegração de posse;
- b - Da ação de manutenção de posse;
- c - Do interdito proibitório;
- d - Da ação reivindicatória;
- e - Da imissão de posse.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75 - É correto afirmar:

- a - A Fazenda Pública para requerer a suspensão de liminar contra si concedida em mandado de segurança deve apresentar como condição grave lesão à ordem pública, à saúde pública, à segurança pública e à economia pública, através do pedido formulado ao Presidente do Tribunal competente para o respectivo recurso;
- b - A Fazenda Pública para requerer a suspensão de liminar contra si concedida em mandado de segurança deve interpor agravo de instrumento, fundado em lesão à ordem pública, à saúde pública, à segurança pública e à economia pública;
- c - A Fazenda Pública para requerer a suspensão de liminar contra si concedida em mandado de segurança proposto contra o Governador do Estado deve apresentar como condição grave lesão à ordem pública, à saúde pública, à segurança pública e



76 - Ação civil pública, através de pedido formulado ao Presidente do Tribunal de

d) - A Fazenda Pública só pode requerer a suspensão da sentença concessiva da segurança através de apelação, mediante a demonstração de grave lesão à ordem pública, à saúde pública, à segurança pública, através de pedido formulado ao Presidente do Tribunal de Justiça;

e - Todas as alternativas são falsas.

77 - Quanto à apelação e ao agravo:

I - O recurso de apelação tem como regra geral o efeito devolutivo.

II - A concessão de efeito suspensivo a recurso de apelação está adstrita unicamente às hipóteses elencadas em lei, não prevendo o ordenamento jurídico qualquer outra situação para obtenção do mesmo.

III - A regra para o agravo de instrumento é o efeito devolutivo, no entanto, de acordo com a legislação processual se as alegações estiverem amparadas pela verossimilhança poderá ser concedido efeito suspensivo.

IV - No agravo de instrumento estipula o Código de Processo Civil que a concessão de efeito suspensivo é possível quando relevante a fundamentação e do ato judicial possa resultar lesão grave e de difícil reparação.

V - A regra geral do ordenamento jurídico vigente é que as decisões interlocutórias são impugnáveis por agravo de instrumento.

a - Apenas os itens I, II e III são falsos;

b - Apenas os itens I, II e III são verdadeiros;

c - Apenas os itens I, II, III e IV são verdadeiros;

d - Apenas os itens I, II, III e V são falsos;

e - Todos os itens são falsos.

78 - De acordo com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.232/2005 ao Código de Processo Civil no que tange à execução, pode-se afirmar:

a - A referida lei alterou toda a sistemática anteriormente vigente, sem qualquer exceção;

b - O título executivo judicial não é oponível por embargos à execução, em nenhuma hipótese;

c - A Fazenda Pública só poderá interpor embargos à execução quando estiver diante de título executivo extrajudicial;

d - As alternativas "a", "b" e "c" são falsas;

e - As alternativas "a", "b" e "c" são corretas.

79 - Competência interna:

a - Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de trânsito será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato, exceto quando for ré a Fazenda Pública e houver Vara Especializada;

b - Mandado de segurança interposto contra ato de Secretário de Estado deve ser impetrado na Vara Especializada da Fazenda Pública, quando houver, pois a competência dessa é funcional;

c - A ação civil pública deve ser proposta no local do dano, seguindo igual sorte a ação popular;

d - Todas as alternativas estão corretas;

e - Todas as alternativas são falsas.

79 - Bento dá início a execução de sentença contra a Fazenda Pública na Comarca de Dourados. Tal execução não é embargada. Indaga-se: O juiz poderá requisitar o pagamento imediato, através do Presidente do Tribunal de Justiça?

a - Sim, desde que o *quantum debeatur* seja equivalente a sessenta salários mínimos;

b - Não, porque a Fazenda Pública só efetua pagamentos de decisões judiciais mediante precatório, que deverá ser pago no exercício financeiro para o qual foi orçado;

c - O pagamento imediato é exceção prevista no art. 100 da Constituição Federal, logo só será possível o pagamento imediato se a obrigação for de valor inferior a trinta salários mínimos;

d - Sim, desde que o magistrado leve em conta que a requisição de pagamento de obrigação de pequeno valor, no território sul-mato-grossense está jungida a valor equivalente a 515 UFERMS;

e - *In casu*, será possível a requisição para pronto pagamento se o *quantum debeatur* foi equivalente a 500 UFERMS.

80 - O sistema processual vigente confere aos membros do Poder Judiciário, os seguintes poderes e/ou sujeições:

I - O juiz de 1º grau decidirá pela inadmissibilidade da apelação quando a sentença proferida estiver em consonância com a jurisprudência do tribunal competente para o exame da mesma.

II - O Relator poderá negar seguimento a agravo de instrumento, quando a tese desenvolvida for contrária à jurisprudência dominante do respectivo tribunal.

III - O Supremo Tribunal Federal poderá conferir efeito vinculante à Súmula observando, exemplificativamente, as reiteradas decisões sobre o assunto, a existência de controvérsia atual entre órgãos do próprio judiciário e/ou entre o judiciário e administração, assim como levar em consideração a natureza constitucional da matéria e a possibilidade de gerar grave insegurança jurídica e notável efeito multiplicador de processos.

IV - O Código de Processo Civil outorga ao juízo de 1º grau de jurisdição a possibilidade de julgar ação improcedente, desde que respeitado o prazo para a defesa, sempre que a matéria controvertida já tenha sido alvo de apreciação anterior em diversas ações e o resultado do julgamento tenha sido de improcedência.

V - A lei processual determina que o juiz de 1º grau de jurisdição deverá promover a citação do réu em ação que julgada improcedente, tenha o pronunciamento judicial mantido após a apresentação de apelação.

a - Apenas os itens I, II e III são falsos;

b - Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros;

c - Apenas os itens II, III e V são verdadeiros;

d - Apenas os itens I, II, III e V são falsos;

e - Todos os itens são verdadeiros.

81 - Levando-se em consideração as penas impostas à parte que mantenha conduta contrária ao bom andamento do processo, analise os itens abaixo e responda: